

Brasil renegociara com Clube de Paris débitos de 87

William Waack

BRASÍLIA— O Brasil começa a negociar, neste fim de semana, com o Clube de Paris o não-pagamento do principal dos juros devidos a credores oficiais em 1987, num total pouco superior a 1 bilhão de dólares. O embaixador Rubens Barbosa, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, embarca amanhã para Paris, acompanhado de Antonio de Pádua Seixas, responsável pela diretoria de dívida externa no Banco Central.

Embora fontes do governo tenham atribuído à missão do embaixador Barbosa apenas o caráter de "sondagem", depende de seu êxito junto aos credores oficiais grande parte da estratégia da renegociação da dívida brasileira com bancos privados. Se for possível ao Brasil obter a suspensão desses pagamentos — acertados em recente acordo com o Clube, assinado em janeiro último —, diminui consideravelmente a necessidade de recursos novos serem solicitados aos bancos comerciais para o refinanciamento dos juros da dívida privada.

O principal contato do embaixador Rubens Barbosa, um diplomata tarimbado e com

experiência em negociações internacionais, será com o secretário do Tesouro francês, que desempenha também as funções de secretário do Clube de Paris. A viagem poderá ser ampliada para contatos com os governos e agências oficiais de crédito da Inglaterra e da Alemanha.

Na prática, o Brasil faz um pedido de suspensão sem poder exigir nada em troca. Da leitura cuidadosa dos documentos legais assinados entre a delegação brasileira e os representantes do Clube de Paris, em janeiro, resultou a convicção de que a equipe de negociadores do ministro Dílson Funaro, na verdade, não havia obtido dos credores oficiais qualquer compromisso por escrito de reabrir imediatamente os créditos de agências oficiais para o Brasil.

— Eles (os antigos negociadores) obtiveram do Clube de Paris apenas a promessa de estudar a reabertura de créditos tão logo a situação econômica brasileira melhorasse. Em linguagem diplomática, isto quer dizer simplesmente nada, declarou um dos atuais negociadores.

Missão difícil — A missão do embaixador Rubens Barbosa é considerada bas-

tante difícil, principalmente pelo fato de que o governo do presidente José Sarney ainda não apresentou um plano econômico interno que possa ser exibido aos credores. A volta da missão do Fundo Monetário Internacional dentro do padrão de monitoramento chamado de *enhanced contact* ainda não está prevista, mas a apreciação do Clube de Paris sobre a situação brasileira depende basicamente de um relatório desse grupo de técnicos.

— Por isso mesmo nossa atitude é muito conciliatória e estamos indo à Europa para pedir compreensão diante de nossas dificuldades. Agora, se não houver qualquer gesto por parte deles, não sei bem o que irá acontecer. Pagar é que não podemos — reconheceu categorizada fonte da área econômica.

Apenas o Japão, até agora, tem mostrado certa flexibilidade ao rediscutir seus créditos com o Brasil. Está em fase final de elaboração um acordo de renegociação da dívida externa de importante estatal brasileira, à qual os japoneses estão oferecendo prazos de carência e pagamento considerados excelentes. O temor do governo de Tóquio é apenas o de que outros países industrializados considerem sua atitude frente ao Brasil como o rompimento da frente de credores oficiais.

A equipe de Bresser Pereira pretende estabelecer um fluxo de caixa positivo, isto é, desembolsar menos em serviço da dívida oficial do que a entrada de recursos de agências de crédito governamentais e organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial. Com os bancos privados, porém, os negociadores admitem um fluxo de caixa negativo, mas pedem em troca a entrada de novos recursos de refinanciamento de juros, expressão que o ministro da Fazenda prefere no lugar de *new money* (dinheiro novo).

A quantidade desses recursos depende em primeiro lugar dos entendimentos com o Clube de Paris, que poderiam resultar em "boa vontade" por parte das agências oficiais. Na situação ideal, contando com a reabertura dos créditos dessas agências, com recursos do FMI e do Banco Mundial, o Brasil não precisaria pedir dinheiro novo aos bancos. Essa hipótese não é considerada realista na Fazenda e no Banco Central. Levando em consideração o desempenho da balança comercial e de um atendimento parcial dos credores oficiais às pretensões brasileiras, o cenário provável continua sendo o de recursos novos da ordem de 4 a 5 bilhões de dólares.

